

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

ANEXO III.F – DIRETRIZES PARA TRANSFERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

ÍNDICE

1.	TERMOS DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	3
2.	GARANTIAS TÉCNICAS	4
3.	RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO	5
4.	RESPONSABILIDADES DO PODER CONCEDENTE	10
5.	PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO	11
6.	PLANO DE TRABALHO DE CORREÇÃO DE BENS INTEGRANTES	12
7.	DEFEITOS E FALHAS NO MATERIAL RODANTE	13

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

O presente ANEXO estabelece os procedimentos que deverão ser observados pelas PARTES para transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, o que deverá ocorrer durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL.

1. TERMOS DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

1.1. O TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE será firmado entre a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP para fins de recebimento do conjunto de BENS INTEGRANTES, após a emissão da aprovação e não objeção do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, na forma prevista no ANEXO III.B, e marcará o fim da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

1.1.1. A partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, a posse, a guarda, a manutenção e a vigilância dos BENS INTEGRANTES que tenham sido transferidos à CONCESSIONÁRIA passam a ser de sua responsabilidade.

1.2. A CONCESSIONÁRIA receberá os BENS INTEGRANTES no estado em que se encontram, sendo que eventuais dúvidas levantadas pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE serão esclarecidas pela ARTESP, na fase de elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, conforme o procedimento expresso no item abaixo.

1.2.1. A CONCESSIONÁRIA ou o AUDITOR INDEPENDENTE enviará solicitação de pedido de esclarecimentos por meio de notificação à ARTESP, que encaminhará as dúvidas ao setor da CPTM responsável.

1.2.2. Caso uma solicitação contenha mais de um pedido de esclarecimentos, eles deverão estar enumerados e os pedidos de esclarecimento deverão ser objetivos e identificar os ativos aos quais se referem, inclusive estando instruído de eventuais fotos e documentos.

1.2.3. A ARTESP terá 15 (quinze) dias úteis para responder à solicitação, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias úteis.

1.3. A partir de sua contratação, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá proceder à vistoria dos BENS INTEGRANTES a serem transferidos, de modo a averiguar o estado de conservação e quantitativos recebidos, para fins de elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO nos termos do item 3 deste ANEXO, com o objetivo de viabilizar a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

1.3.1. No prazo de 90 (noventa) dias do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, a ARTESP disponibilizará à CONCESSIONÁRIA novos relatórios de controle de manutenção elaborados pela CPTM, indicando a condição vigente das atividades de manutenção dos seguintes bens:

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- i. VIA PERMANENTE;
- ii. MATERIAL RODANTE;
- iii. SISTEMAS AUXILIARES;
- iv. VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS;
- v. SISTEMA DE ENERGIA;
- vi. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA (Inclui CCO);
- vii. SISTEMAS DE TELECOM;
- viii. REDE AÉREA DE TRAÇÃO.

2. GARANTIAS TÉCNICAS

2.1. Na FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA será informada, por meio de notificação da ARTESP, sobre eventuais garantias técnicas vigentes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme relação disposta no ANEXO I, Parte I, assumindo a CONCESSIONÁRIA a posse, a guarda, a vigilância, a manutenção e a conservação dos bens recebidos, resguardados os prazos de garantia técnica indicados, quando existentes.

2.1.1. A notificação deverá conter os dados atualizados e particularidades sobre os bens garantidos e incluir os documentos jurídicos que formalizam as respectivas garantias técnicas.

2.1.2. A gestão da interface entre os envolvidos e os contratados/fornecedores da CPTM estará a cargo da ARTESP, que será responsável por solicitar ao fabricante/fornecedor o reparo em garantia técnica, quando existente, inclusive por meio da CPTM, sem prejuízo da própria CONCESSIONÁRIA relacionar-se com os contratados da CPTM, caso esta alternativa seja vista como a mais adequada para a preservação do interesse público.

2.1.2.1. A atuação direta da CONCESSIONÁRIA junto aos contratados da CPTM, referida no item acima não altera, em nenhuma medida, as obrigações e responsabilidades assumidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP neste CONTRATO e nos ANEXOS.

2.1.3. Na hipótese de determinada garantia técnica não poder ser aproveitada pela CONCESSIONÁRIA, em circunstâncias nas quais o reparo em garantia fosse exigível, nos termos do contrato de garantia técnica, quando existente, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em valor compatível ao prejuízo

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

efetivamente causado pelo não aproveitamento da garantia em questão, quando o não aproveitamento da garantia se der por causa alheia à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA ou por fato cujo risco não lhe seja imputável, nos termos do CONTRATO.

- 2.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada na hipótese de impactos à prestação dos SERVIÇOS, ou óbices no recebimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nas situações em que tais fatos decorrerem, exclusivamente, de descumprimento, pelos contratados da CPTM, dos termos e condições das garantias informadas/notificadas.
 - 2.2.1. O disposto no item 2.2 se aplica até o fim do período de eventual garantia técnica, caso comprovadamente venha a ocorrer impacto negativo aos SERVIÇOS decorrente de descumprimento, pelos contratados da CPTM, da obrigação de atendimento de reparo ou substituição de peças ou componentes em garantia, nos termos contratuais.
 - 2.2.2. Considerando que as atividades de manutenção são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, esta deve elaborar o necessário planejamento em relação às garantias previstas e existentes, contemplando, inclusive, a eventual necessidade de adoção de medidas legais cabíveis em face de terceiros, em decorrência de falhas, ações ou omissões de responsabilidade desses terceiros, inclusive na hipótese de descumprimento do reparo solicitado pela ARTESP.

3. RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

- 3.1. A partir de sua contratação, caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE elaborar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, o qual conterá (i) descrição do estado dos BENS INTEGRANTES transferidos à CONCESSIONÁRIA, para fins de levantamento de divergências com relação ao estado de conservação e quantitativos indicados nos ANEXOS e nos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS; e (ii) PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I, desde que tais passivos não tenham sido indicados no ANEXO IV.B.
- 3.2. Para fins de acompanhamento da atuação do AUDITOR INDEPENDENTE, este elaborará e apresentará ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, em até 15 (quinze) dias da sua contratação, plano de trabalho descrevendo os ensaios técnicos e perícias que serão realizados para fins de elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e o cronograma de suas atividades.
 - 3.2.1. O plano de trabalho deverá abranger, necessariamente, os ensaios técnicos e perícias previstos no item 3.4.
 - 3.2.2. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar reuniões periódicas junto ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, no mínimo mensalmente, para relatar as atividades desenvolvidas no período e indicar, antecipadamente, eventuais achados ou dificuldades que julgar

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

relevante.

- 3.2.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá solicitar alterações no plano de trabalho apresentado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, inclusive para requerer a execução de novos ensaios técnicos e perícias, nos termos do item 3.4.1, cujos custos serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.3. O RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO deverá abranger, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- 3.3.1. Registro com identificação de eventuais divergências, quanto ao estado de conservação dos BENS INTEGRANTES, entre: (a) de um lado, as informações disponíveis no ANEXO I e as informações indicadas nos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS, incluindo os relatórios de controle de manutenção elaborados pela CPTM; e (b) de outro lado, o estado de conservação dos BENS INTEGRANTES da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, considerando as informações disponíveis nos relatórios de controle de manutenção encaminhados durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, e o constatado em visitas de campo e perícias, como as exigidas nos itens 3.4 e 3.6.
- 3.3.2. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá, quando possível, qualificar a natureza e a origem de todas as divergências identificadas, inclusive aquelas decorrentes do tempo de instalação, uso e fadiga dos bens, as divergências decorrentes da natural ação do tempo e das condições ambientais, e as divergências que imponham a necessidade de substituição, reparos, manutenção ou recuperação, por falha ou inoperância.
- 3.3.3. Identificação de eventuais VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS e MATERIAL RODANTE que apresentem falhas e/ou estejam inoperantes, desde que a falha não conste dos relatórios integrantes da SALA DE DOCUMENTOS.
- 3.3.3.1. A identificação e avaliação será realizada em MATERIAL RODANTE fora de operação, em dias planejados, de acordo com a programação específica acordada com a CPTM, entre 8h e 17h. Após esse período o trem retornará à operação dos SERVIÇOS.
- 3.3.4. Registro com identificação de eventuais divergências quanto ao quantitativo dos BENS INTEGRANTES, cotejando-os com o quantitativo indicado no ANEXO I.
- 3.3.5. Estimativa e demonstração de custos para a execução, pela CONCESSIONÁRIA, das atividades que, segundo juízo técnico, seriam necessárias à superação das condições relacionadas aos itens 3.3.1, 3.3.3 e 3.3.4, identificadas na entrega da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, caso tais atividades venham a ser delegadas à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.3.6. Indicação dos PASSIVOS AMBIENTAIS observados na ÁREA DA CONCESSÃO e

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

infraestrutura arrolada no ANEXO I, não identificados no ANEXO IV.B, bem como o endereçamento sugestivo de soluções de tratamento, com descrição, custos e cronogramas estimados para remediação dos PASSIVOS AMBIENTAIS identificados.

3.4. Para fins de levantamento das informações indicadas nos itens 3.3.1 e 3.3.3, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá avaliar, obrigatoriamente, pelo menos os seguintes ensaios técnicos e perícias:

i. VIA PERMANENTE:

- a. Ensaios de peneiramento visando a determinação do índice de contaminação, (preenchimento dos vazios) do lastro, com amostras coletadas no campo em pontos/segmentos de via pré-determinados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, tendo como base o Anexo I que indica a troca de lastro nas Linhas 11 e 12;
- b. Ensaios de ultrassom nos trilhos em segmentos de via pré-determinados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, tendo como base o ANEXO I que indica a troca de lastro nas Linhas 11 e 12.

ii. MATERIAL RODANTE:

- a. Análise e validação do estado dos trens e da relação de equipamentos a serem repassados;
- b. Inspeção de falhas tipo C dos trens com base no mapa de revisões;
- c. Análise das revisões realizadas e pendências;
- d. Inventário de equipamentos faltantes em trens não operacionais assim como a determinação do motivo da paralização.

iii. SISTEMAS AUXILIARES:

- a. Escadas rolantes e elevadores;
- b. Análise de velocidade e de segurança incluindo como paradas de emergência e sensores de segurança;
- c. Análise de ruído e vibração durante a operação;
- d. Avaliação de capacidade de carga visando determinar se os elevadores e escadas rolantes operam dentro dos limites de carga especificados.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

iv. VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS:

- a. Análise e validação do estado dos veículos auxiliares e da relação de equipamentos a serem repassados;
- b. Análise das revisões realizadas e pendências.

v. SISTEMA DE ENERGIA:

- a. Ensaios dos dispositivos de proteção como disjuntores e fusíveis;
- b. Identificação de pontos quentes, a traves de câmera termográfica, que permita a identificação de problemas de conexão ou sobrecarga;
- c. Teste de funcionamento de transformadores, retificadores e outros equipamentos críticos;
- d. Teste de funcionamento em carga (simulação de operação sob carga).

vi. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA (Incluí CCO):

- a. Teste de sistemas de controle de tráfego avaliando a eficácia dos sistemas de controle e monitoramento do tráfego de trens;
- b. Análise de segurança do sistema.

vii. SISTEMAS DE TELECOM:

- a. Testes de continuidade em cabos de telecomunicações, incluindo fibra óptica e cabos de cobre;
- b. Testes de funcionamento de switches, roteadores e servidores envolvidos nas telecomunicações;
- c. Análise de Sistema de Comunicação de Emergência como rádio e intercomunicação;
- d. Testes dos sistemas de backup de energia e comunicação para garantir operação contínua em caso de falhas;
- e. Avaliação do tempo de resposta nas comunicações (Latência) para garantir que esteja dentro dos limites aceitáveis;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- f. Teste de Sinal e qualidade do sinal em diferentes pontos da rede para verificar a cobertura e a integridade da comunicação;
- g. Verificação de Sistemas de Segurança (vídeo vigilância e comunicação de segurança);
- h. Simulação de falhas para avaliar a capacidade do sistema de telecomunicações de se recuperar e manter a operação;

NOTA: Os testes mencionados abrangem os seguintes sistemas: SCA - Sistema de Controle de Acesso, SCAP - Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros, SCM - Sistema de Comunicações Móveis, STEL (SCF) - Sistema de Telefonia (Sistema de Comunicações Fixas), RFO - Rede de Fibras Ópticas, SCR - Sistema de Cronometria, SMM - Sistema Multimídia, STO (RTD) - Sistema de Transmissão Óptica (Rede de Transmissão Digital), SCMVD - Sistema de Comunicação Móvel de Voz e Dados (Terra-Trem), SME (CFTV) - Sistema de Monitoramento Eletrônico e Sistema de Intrusão.

viii. REDE AÉREA DE TRAÇÃO:

- a. Medição da tensão e condução elétrica da rede aérea de tração;
- b. Análise de Isolamento de condutores.

3.4.1. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá recomendar à ARTESP que determine a realização de ensaios técnicos e perícias adicionais às previstas no item 3.4, logo após o recebimento do plano de trabalho preparado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, ou ao longo da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

3.5. Para fins de levantamento das informações indicadas no item 3.3.6, caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE iniciar os estudos, perícias e ensaios técnicos necessários logo após a sua contratação, ainda na FASE PRÉ-OPERACIONAL.

3.5.1. Para abreviar procedimentos, as visitas em campo para investigação dos PASSIVOS AMBIENTAIS que constarão do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO poderão ser realizadas com acompanhamento de representantes da CONCESSIONÁRIA, da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, incluindo o APOIO TÉCNICO.

3.6. O AUDITOR INDEPENDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão realizar em conjunto a vistoria nos seguintes bens:

- i. VIA PERMANENTE;

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- ii. MATERIAL RODANTE;
- iii. SISTEMAS AUXILIARES;
- iv. VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS;
- v. SISTEMA DE ENERGIA;
- vi. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA (Incluí CCO);
- vii. SISTEMAS DE TELECOM;
- viii. REDE AÉREA DE TRAÇÃO.

3.7. Caso as divergências no estado e quantitativos dos BENS INTEGRANTES, bem como PASSIVOS AMBIENTAIS identificados, não sejam qualificáveis como responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos do item 4 abaixo, o AUDITOR INDEPENDENTE não deverá registrá-los no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, sem prejuízo de comunicar a CONCESSIONÁRIA sobre os achados.

3.8. Para estimar as despesas com remediação das divergências, passivos e vícios registrados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá utilizar o valor de mercado de obras, aquisição de bens e prestação de serviços, baseado em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, ou, na inexistência destes, as melhores práticas para elaboração do respectivo orçamento.

4. RESPONSABILIDADES DO PODER CONCEDENTE

4.1. O PODER CONCEDENTE arcará com os custos e demais impactos resultantes das seguintes divergências e passivos, caso apontados na versão final aprovada pela ARTESP do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO:

- 4.1.1. Divergências quanto à quantidade de MATERIAL RODANTE e demais equipamentos operacionais, em relação ao quantitativo estabelecido no ANEXO I, que será disponibilizada para a OPERAÇÃO COMERCIAL das LINHAS;
- 4.1.2. Divergências quanto ao quantitativo dos bens entregues à CONCESSIONÁRIA e o quantitativo de sobressalentes utilizados, em relação aos relacionados nas tabelas dos itens 3, 4, 5 e 6 do ANEXO I Parte 1, exceto quando referentes ao material de consumo ou de giro;
- 4.1.3. Divergências quanto estado de conservação dos BENS INTEGRANTES da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, e desde que tais divergências não sejam verificáveis a partir dos ANEXOS, ou dos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS.

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- 4.2. Eventuais custos e impactos decorrentes de passivos ou divergências que se enquadrem nos itens 4.1.1 a 4.1.3, mas não tenham sido apontados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, serão alocados à CONCESSIONÁRIA, exceto no caso de VÍCIO OCULTO.
- 4.3. A ARTESP e a CPTM fornecerão toda a documentação disponível com relação a AVCBs, projetos executados, projetos em andamento, projetos faltantes, implantações realizadas, implantações pendentes (com projeto existente) e implantações a serem realizadas (sem projetos).
- 4.3.1. A disponibilização de documentação pela ARTESP e pela CPTM tem como objetivo facilitar a transição operacional e, em nenhuma hipótese, desonerará a CONCESSIONÁRIA de suas obrigações, em especial com relação às previstas na Cláusula 50 do CONTRATO, ou o AUDITOR INDEPENDENTE de suas atribuições relacionadas à elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.

5. PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

- 5.1. O AUDITOR INDEPENDENTE encaminhará o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, em conjunto ao INVENTÁRIO, às PARTES, em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, para que possam avaliá-lo e apresentar divergências com relação às conclusões alcançadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE.
- 5.2. As PARTES poderão apresentar suas divergências com relação aos apontamentos do AUDITOR INDEPENDENTE constantes do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e INVENTÁRIO, em até 60 (sessenta) dias da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
- 5.2.1. As divergências de que trata o item 5.2 poderão abarcar, dentre outros pontos:
- i. Falha ou vício não identificado pelo AUDITOR INDEPENDENTE na INFRAESTRUTURA EXISTENTE;
 - ii. Itens não vistoriados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, ou cuja vistoria se mostrou insuficiente;
 - iii. Discordâncias quanto à metodologia empregada pelo AUDITOR INDEPENDENTE durante o processo de vistoria;
 - iv. Divergências com relação aos resultados das perícias e ensaios técnicos executados;
 - v. Discordâncias quanto aos custos estimados para remediação.

- 5.3. Recebidas as manifestações das PARTES, caso apresentadas, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

realizar as adequações que entender pertinentes – inclusive mediante realização de novos ensaios técnicos e perícias – e, em até 50 (cinquenta) dias da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, e encaminhar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e o INVENTÁRIO ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

- 5.4. Em até 30 (trinta) dias da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA opinar pelo acatamento integral do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e INVENTÁRIO produzidos pelo AUDITOR INDEPENDENTE ou explicitar as divergências das PARTES, devendo, em qualquer caso, submeter a matéria para deliberação da ARTESP.
- 5.5. Recebida a manifestação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a ARTESP deverá deliberar a respeito do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e INVENTÁRIO em até 10 (dez) dias da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
 - 5.5.1. Caso discorde da decisão da ARTESP prevista no item 5.5, a CONCESSIONÁRIA poderá se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XXVI do CONTRATO.
- 5.6. Uma vez tomada a decisão final pela ARTESP, conforme o item 5.5, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá implementar eventuais alterações requeridas e gerar a versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e do INVENTÁRIO, em até 5 (cinco) dias da data prevista para o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

6. PLANO DE TRABALHO DE CORREÇÃO DE BENS INTEGRANTES

- 6.1. Caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE elaborar o plano de trabalho de correção de BENS INTEGRANTES, o qual conterá as medidas de remediação necessárias para readequação dos BENS INTEGRANTES pertencentes à INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como para correção dos PASSIVOS AMBIENTAIS, conforme registrados na versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
 - 6.1.1. O plano de trabalho de correção de BENS INTEGRANTES deverá contemplar todo o escopo do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e apresentar a ordem de prioridade das intervenções a serem corrigidas, levando em consideração o impacto da correção para operação das LINHAS e para a transição operacional e o risco de agravamento dos vícios e divergências a serem corrigidos.
 - 6.1.2. O plano de trabalho de correção de BENS INTEGRANTES deverá ser apresentado ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA para validação em até 30 (trinta) dias da aprovação da versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO pela ARTESP.
 - 6.1.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá recomendar à ARTESP alterações no plano de trabalho de correção de BENS INTEGRANTES, para:

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

- i. Alterar a forma de correção dos vícios e divergências, caso seja constatada qualquer inviabilidade técnica ou haja forma que atenda melhor às PARTES e ao cronograma contratual;
 - ii. Alterar a ordem de prioridade das correções.
- 6.2. Após o recebimento das recomendações do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a ARTESP deliberará a respeito do plano de trabalho de correção de BENS INTEGRANTES em até 30 (trinta) dias, submetendo proposta de solução ao PODER CONCEDENTE, conforme estabelecido nos itens 6.3 e 6.4.
- 6.3. Os vícios e divergências apontados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO serão:
 - 6.3.1. Corrigidos pelo próprio PODER CONCEDENTE ou pela CPTM, hipótese na qual eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO considerará, exclusivamente, os eventuais impactos causados pelo tempo transcorrido até a solução das divergências, se o caso.
 - 6.3.2. Corrigidas pela própria CONCESSIONÁRIA, mediante delegação total ou parcial pelo PODER CONCEDENTE, caso esta alternativa seja vista como a mais adequada para a preservação do interesse público.
- 6.4. Caso o PODER CONCEDENTE opte pela delegação de que trata o item 6.3.2, os custos comprovadamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA para correção das divergências serão reequilibrados pelo PODER CONCEDENTE, por algum dos mecanismos previstos no CONTRATO, até o limite previamente estabelecido no ato que formalizará a delegação total ou parcial da obrigação de corrigir os vícios e divergências apontados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
 - 6.4.1. O limite de que trata o item 6.4 será fixado a partir das estimativas apresentadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 3.8.
- 6.5. O termo de delegação não poderá contemplar qualquer Cláusula ou condição que, por qualquer meio, altere ou desnature os riscos e responsabilidades assumidos pelas PARTES no presente CONTRATO, devendo estabelecer a delimitação das atividades delegadas à CONCESSIONÁRIA, o limite máximo dos valores a serem ressarcidos, e os prazos a serem observados pela CONCESSIONÁRIA na execução das atividades que lhe competirem.
- 6.6. Especificamente com relação aos PASSIVOS AMBIENTAIS, caberá à CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas necessárias para sua recuperação, conforme disciplina a Cláusula 22.4 do CONTRATO.

7. DEFEITOS E FALHAS NO MATERIAL RODANTE

- 7.1. No caso de defeitos ou falhas no MATERIAL RODANTE que impeçam sua operação e signifiquem

PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2024
PPP LOTE ALTO TIETÊ

a impossibilidade de atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá optar por uma das hipóteses de correção de vícios nos BENS INTEGRANTES dispostas no item 6.3, aplicando-se o mesmo regramento disposto nos itens 6.4, 6.5 e 6.6.

- 7.2. Caso seja constatado que algum TREM tenha sido recebido sem a realização da RG ou de qualquer outra manutenção prevista em manual, aplica-se o previsto no item 5.1.1 do ANEXO I.